



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº** \_\_\_\_\_, **DE 2025.**  
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, a respeito da notícia que o Portal da Transparência mantido pela pasta, está a mais de um mês sem atualizar os dados públicos de gastos com viagens de seus integrantes.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União - CGU, informações quanto à notícia que o Portal da Transparência mantido pela pasta, está a mais de um mês sem atualizar os dados públicos de gastos com viagens de seus integrantes.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- *Qual o motivo concreto da interrupção na atualização dos dados de viagens no Portal da Transparência desde o mês de março?*
- 2- *Por que os dados referentes às despesas com diárias e passagens aéreas — já realizadas — ainda não foram disponibilizados publicamente?*
- 3- *Há previsão para a normalização da publicação dessas informações? Se sim, qual o prazo estimado?*





- 4- *Existe algum impedimento técnico, administrativo ou legal que justifique a omissão das informações de março?*
- 5- *Durante esse período de inatividade, os dados estão sendo lançados internamente em outro sistema? Caso positivo, qual o endereço eletrônico?*
- 6- *A CGU reconhece o impacto negativo que a ausência dessas atualizações provoca na credibilidade institucional e na garantia do direito constitucional de acesso à informação?*
- 7- *Há, neste momento, auditoria, revisão de dados ou qualquer restrição deliberada à divulgação dessas informações? Quando será disponibilizado os dados atualizados?*
- 8- *Quais providências estão sendo tomadas para assegurar a continuidade e regularidade das atualizações futuras, evitando a reincidência dessa falha?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da CGU entenda como pertinentes, sobre o tema em tela.

### JUSTIFICAÇÃO

É motivo de séria preocupação o fato de que o Portal da Transparência, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU) — órgão responsável justamente por zelar pela integridade e pela transparência da administração pública federal —, encontra-se há mais de um mês sem atualizar os dados referentes aos gastos com viagens de seus próprios integrantes.

De acordo com notícias divulgadas<sup>1</sup>, o governo federal, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), está há mais de 40 dias sem atualizar os dados públicos de gastos com viagens de seus integrantes. A última

<sup>1</sup> <https://www.contrafatos.com.br/governo-lula-esconde-gastos-com-viagens-ha-mais-de-40-dias-apos-despesas-milionarias/>





atualização do Portal da Transparência, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), é de 28 de fevereiro. Desde então, os números referentes ao mês de março permanecem ocultos — mesmo com despesas já ultrapassando os R\$ 80 milhões nos dois primeiros meses de 2024.

Segundo apuração da Coluna Cláudio Humberto, do Diário do Poder, os valores incluem R\$ 41,4 milhões em diárias pagas a servidores e autoridades do Executivo e mais R\$ 37,8 milhões em passagens aéreas, tornando os deslocamentos uma das maiores fontes de gasto do governo no início do ano.

Ainda, a reportagem expõe que a ausência de dados atualizados alimenta críticas sobre a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. Em tempos de inflação elevada, pressão sobre as contas públicas e corte em áreas sensíveis como saúde e educação, o alto volume de recursos destinados a viagens desperta indignação entre pagadores de impostos. A cobrança agora é para que o governo atualize imediatamente o portal e explique os critérios por trás do uso recorrente de dinheiro público em deslocamentos de autoridades e auxiliares.

Salienta-se, que essa falha, prolongada e inexplicada até o momento, compromete diretamente a confiança pública em um dos principais instrumentos de controle social disponíveis à população brasileira. O Portal da Transparência não é apenas uma ferramenta técnica — é um símbolo do compromisso do Estado com a publicidade dos atos administrativos, um direito garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

É inadmissível que, em pleno século XXI, com ferramentas digitais amplamente disponíveis, ainda enfrentemos tamanha negligência com a transparência e a prestação de contas. O cenário se torna ainda mais preocupante diante do contexto econômico do país, em que se exige responsabilidade máxima com o dinheiro público.

Em tempos em que se exige rigor e responsabilidade com os recursos públicos, a omissão de informações básicas, como gastos com diárias





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

e passagens, é inaceitável. A transparência deve ser constante, irrestrita e acessível. Quando o próprio órgão responsável por fiscalizar os demais falha nesse quesito, acende-se um sinal de alerta grave.

Diante desse cenário, é urgente que a CGU preste esclarecimentos públicos, regularize imediatamente as atualizações no Portal e tome medidas para garantir que esse tipo de situação não volte a ocorrer. A sociedade não pode ser mantida no escuro quanto ao uso do dinheiro público — principalmente por quem deveria dar o exemplo.

Sala das Sessões,      de                      de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
**PL/GO**

